

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS BRAZILIAN JOURNAL OF PUBLIC POLICY

As políticas públicas de finanças, educação e saúde nos países em desenvolvimento: reflexões sobre os experimentos de campo desenvolvidos no laboratório J-PAL

Public finance, education and health policies in developing countries: reflections on the field experiments developed in the J-PAL lab

Laudeny Fábio Barbosa Leão

Lorena Madruga Monteiro

Sumário

SEÇÃO 1 – JUSTIÇA, DIREITOS FUNDAMENTAIS E SEGURANÇA PÚBLICA20

FATORES DE RISCO DECORRENTES DA APLICAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS E DA LGPD NA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA DE ESTADO.....22

Márcio da Mota Ribeiro, Rafael Rabelo Nunes, William Ferreira Giozza e Alexandre Veronese

JUSTIÇA PENAL NEGOCIADA: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL À LUZ DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA COMARCA DE MOSSORÓ-RN.....50

Manoel Matias de Carvalho Neto, Lúcio Romero Marinho Pereira e José Albenes Bezerra Júnior

O ESTADO E SEUS INIMIGOS: AUTORITARISMO, ESTADO DE EXCEÇÃO E DESLEGITIMAÇÃO DOS SISTEMAS PENAIOS NOS ESTADOS DE DIREITO71

Isadora Ribeiro Correa, Marcos César Botelho e Luiz Fernando Kazmierczak

POLÍTICA CRIMINAL E POLÍTICA PÚBLICA NO PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO SIMBÓLICA: O CASO DA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE BRASILEIRA87

Ícaro Melo dos Santos, Nélia Mara Fleury e Bartira Macedo de Miranda

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO NO BRASIL 105

Márcio de Oliveira, Débora Napoleão de Sena e Reginaldo Peixoto

VIOLÊNCIA CONJUGAL E A INCIDÊNCIA DE CONTROLE COERCITIVO ENTRE CASAIS HETEROSSEXUAIS 125

Julio Cesar de Aguiar e Kettily Ingrid de Queiroz

SILÊNCIO ESTRIDENTE: VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E O PODER TRANSFORMADOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS EFICIENTES..... 165

Jessica Feitosa Ferreira, Rogério Roberto Gonçalves de Abreu, Ana Carolina Gondim de Albuquerque Oliveira e Paulo Henrique Tavares da Silva

O PRIMEIRO COMPLEXO DE ESCUTA PROTEGIDA DO BRASIL: RESPEITO À DIGNIDADE HUMANA A PARTIR DA PROTEÇÃO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA 183

Tarcísia Castro Alves e Ana Paula da Silva Sotero

POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS	214
José Ferdinando Ramos Ferreira	
A TECNOSSECURITIZAÇÃO DA VIDA	235
José Adércio Leite Sampaio	
A FALTA DE UNIFORMIDADE NA CELEBRAÇÃO DE ACORDOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES NO BRASIL	255
Luciano Rosa Vicente, Sandro Lucio Dezan e Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha	
 SEÇÃO 2 – GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	 281
DIREITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA IDENTIDADE: NATUREZA DAS NORMAS, VINCULAÇÃO NORMATIVA E ELEMENTOS JURÍDICOS BASILARES.....	283
André Afonso Tavares, Caroline Müller Bitencourt e Janriê Rodrigues Reck	
VALORES PÚBLICOS E CRITÉRIOS AVALIATIVOS: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÕES REPUBLICANAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	310
Paulo de Martino Jannuzzi	
ANÁLISIS Y SÍNTESIS DE LA COMPLEJIDAD DE LAS ORGANIZACIONES: ALCANCES EN LA INVESTIGACIÓN SOBRE LA CORRUPCIÓN	327
Louis Valentín Mballa e Juan Ignacio Barajas Villaruel	
COMBATE À CORRUPÇÃO E IMPACTO ECONÔMICO-FINANCEIRO NAS EMPRESAS: A EXPERIÊNCIA DOS ACORDOS DE LENIÊNCIA NO BRASIL.....	348
Carlos Higino Ribeiro de Alencar, Mário Vinicius Claussen Spinelli e Stefany Silva Rocha	
COMBATE À CORRUPÇÃO E IMPACTO ECONÔMICO-FINANCEIRO NAS EMPRESAS: A EXPERIÊNCIA DOS ACORDOS DE LENIÊNCIA NO BRASIL.....	371
Guilherme Atanazildo Leme, Milene Mendes de Oliveira, Beatriz Couto Ribeiro, Juliana Pires de Arruda Leite e Milena Pavan Serafim	
BIG DATA COMO MOTOR DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO E DA INOVAÇÃO: COMO A PROTEÇÃO LEGAL À PRIVACIDADE PODE VULNERABILIZAR O INDIVÍDUO	392
Thaís de Bessa Gontijo de Oliveira, Fabiana de Menezes Soares, Raquel Gontij e Bárbara Bianca Alves Cardoso	

INTRINSIC MOTIVATION AND THE USE OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE (AI) IN THE PUBLIC SECTOR: EVIDENCE FROM INDONESIA.....	412
--	------------

Harmon Chaniago, Hidayat Hidayat e Yen Efawati

A REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS COMO ALTERNATIVA GEOPOLÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CASO DO BRASIL.....	429
--	------------

Luciana Nalim Silva Menuchi, Marcos Rodrigo Trindade Pinheiro Menuchi, RomariAlejandra Martinez Montaño e Daniela Mariano Lopes Silva

DESEMPENHO TEMPORAL E RAZÕES DE INSUCESSO DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS EM PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA DA REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA.....	452
---	------------

Daniel Marques Moreira, Sônia Paula da Silva Nogueira e Ricardo Lobato Torres

O DEBATE COM SAL: A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO MAR.....	474
--	------------

André Panno Beirão

A IDEIA DE PROGRESSIVIDADE E O RETROCESSO CLIMÁTICO NAS CONTRIBUIÇÕES NACIONALMENTE DETERMINADAS BRASILEIRAS.....	493
--	------------

HelineSivini Ferreira

Ana Flávia Corleto

INTERNATIONALIZATION OF PUBLIC POLICIES IN THE NORTHEAST: SUBNATIONAL LEADERSHIP AND THE ROLE OF INTERNATIONAL RELATIONS.....	518
--	------------

Eliane Superti, Romberg de Sá Gondim, Amanda Pereira Arrigo e Raquel Gonçalves Dantas

POR UMA JUSTIÇA ITINERANTE: IMPACTOS DO TRABALHO DE CAMPO NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E NO EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO NO BRASIL	544
---	------------

Rafaela Selem Moreira

DESIGUALDADES RACIAIS NA MOBILIDADE URBANA: DISCUSSÃO E MORTES EM SINISTROS DE TRÂNSITO ENTRE 2011 E 2020 NO BRASIL	561
--	------------

Marcelo de Tróí, Gláucia Pereira e Maria Cristina Cavalcante

SOCIAL CHARACTERISTICS OF PERUVIAN CITIZENSHIP AND THEIR INFLUENCE ON THE PERCEPTION OF GOVERNANCE, DEMOCRACY AND TRANSPARENCY IN PERU	576
---	------------

David Eleazar Barra-Quispe

THE INFLUENCE OF RELIGIOSITY, TAX SOCIALIZATION, AND TAX JUSTICE ON TAX COMPLIANCE WITH INTENTION AS A MODERATION VARIABLE 601

Ismawati Haribowo, Khomsiyah Khomsiyah e Susi Dwi Mulyani

ASSESSING THE IMPACT OF HALAL CERTIFICATION POLICY ON SMALL AND MEDIUM ENTERPRISES IN EAST JAVA 618

Ertien Rining Nawangsari e Hani Nur Adnin

PERFORMANCE ANALYSIS OF THE REGIONAL PEOPLE’S REPRESENTATIVE BOARD OF BENGKULU CITY FOR THE 2019-2024 PERIOD IN MAKING REGIONAL REGULATIONS 630

Hilda Distia Puspita, Alfitri Alfitri, Slamet Widodo e Andy Alfatih

Introduction 630

Research methods..... 637

Results and discussion 637

1. Productivitas..... 638

1.1 Efficiency..... 638

a. Human Resources 638

2 Technology..... 639

3 Technical guidance 639

4 Funding..... 640

5 Accountability 648

Reference 649

SEÇÃO 3 – POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E INCLUSÃO 651

INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA EM DIREITO: ORGANIZAÇÃO, CODIFICAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS..653

Elisa Gonsalves Possebon e Pedro Gonsalves de Alcântara Formiga

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANÇAS, EDUCAÇÃO E SAÚDE NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO: REFLEXÕES SOBRE OS EXPERIMENTOS DE CAMPO DESENVOLVIDOS NO LABORATÓRIO J-PAL..... 671

Laudeny Fábio Barbosa Leão e Lorena Madruga Monteiro

EDUCAÇÃO JURÍDICA NO ENSINO MÉDIO: A EXPERIÊNCIA DA “ESCOLA DA ESCOLHA” NA CIDADE DE TIMON (MA)688

Mônica Mota Tassigny, Liane Maria Santiago Cavalcante Araújo e José Antonio Almeida

FORMAÇÃO DA AGENDA DE POLÍTICAS CULTURAIS BRASILEIRAS NO PERÍODO PANDÊMICO: ANÁLISE DA LEI ALDIR BLANC	708
---	------------

Suely de Fátima Ramos Silveira

A BRIGA DAS COTAS COM O TEMPO: CADUCIDADE DA REVISÃO DA POLÍTICA DE COTAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO BRASIL	733
---	------------

Walter Claudius Rothenburg

TRANSICIÓN ENERGÉTICA E IDENTIDAD CULTURAL. EL CASO DE LOS PROYECTOS DE ENERGÍAS RENOVABLES EN LUGARES SAGRADOS INDÍGENAS DE CHILE.....	748
--	------------

Alberto Olivares

OS CORREIOS BRASILEIROS E A LOGÍSTICA ESTATAL DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO (PNLD).....	781
---	------------

Alysson Rogerio da Silva, Claudia Souza Passador, e Denis Renato Oliveira

As políticas públicas de finanças, educação e saúde nos países em desenvolvimento: reflexões sobre os experimentos de campo desenvolvidos no laboratório J-PAL*

Public finance, education and health policies in developing countries: reflections on the field experiments developed in the J-PAL lab

Laudeny Fábio Barbosa Leão**

Lorena Madruga Monteiro***

Resumo

O Laboratório de Ação contra a Pobreza Abdul Latif Jameel (J-PAL) consolidou sua atuação por meio de pesquisas que objetivaram responder, globalmente, como as populações que vivem em contextos de extrema pobreza se comportam em questões relacionadas à educação, saúde e finanças. Para isso, com base nas questões levantadas pela economia comportamental, utilizaram-se, em grande escala, desenhos de experimentos de campo baseados em estudos randomizados e aleatórios. Nesse sentido, busca-se, neste estudo, problematizar sobre o desenho desses experimentos aleatórios de políticas públicas em três sentidos: a) seu aporte teórico e visão de mundo subjacente; b) seu potencial de reprodutibilidade em contextos adversos; e c) o impacto de seus resultados na saúde, educação e finanças. Por meios dos relatórios dos experimentos de campo descritos no “Handbook of economic field experiments”, editados por Benerjee e Duflo, em 2017, e das sínteses das pesquisas localizadas no site do J-PAL, sistematizou-se o impacto dessa abordagem no campo das políticas públicas baseadas em evidências. Conclui-se que as inovações trazidas pela abordagem teórica e pelo seu desenho metodológico se apresentam como ponto de inflexão no campo de pesquisa em políticas públicas.

Palavras-chave: economia comportamental; experimentos randomizados e aleatórios; políticas públicas.

Abstract

The Abdul Latif Jameel Poverty Action Laboratory (J-PAL) has consolidated its work through research that aims to answer, globally, how populations living in extreme poverty behave on issues related to education, health and finance. To this end, with the support of issues brought up by behavioral economics, they used, on a large scale, field experiment designs based on randomized and randomized studies. Based on this, this study aims to problematize the design of these randomized public policy experiments in three

* Recebido em 15/12/2022

Aprovado em 09/09/2024

** Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Políticas Públicas (SOTEPP) do Centro Universitário de Maceió (UNIMA/AL).

E-mail: laudeny.fabio@gmail.com.

*** Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Políticas Públicas (SOTEPP) do Centro Universitário de Maceió (UNIMA/AL).

E-mail: lorena.madruga@gmail.com.

senses: a) their theoretical contribution and underlying worldview; b) their potential for reproducibility in adverse contexts; and c) the impact of their results on health, education, and finance. Through the reports of the field experiments described in the “Handbook of economic field experiments”, edited by Benerjee and Duflo in 2017, and the summaries of the research located on the J-Pal website, the impact of this approach in the field of evidence-based public policy was systematized. It is concluded that the innovations brought by the theoretical approach and its methodological design present themselves as a turning point in the field of public policy research.

Keywords: behavioral economics; randomized and randomized experiments; public policy.

1 Introdução

O Laboratório de Ação contra a Pobreza Abdul Latif Jameel (J-PAL) reúne pesquisadores de todo mundo após ter consolidado sua atuação por meio de pesquisas que objetivaram responder, globalmente, como as populações que vivem em contextos de extrema pobreza se comportam em questões relacionadas à educação, saúde e finanças. Abrangendo problemas sociais interdisciplinares, por meio do enfoque teórico da economia comportamental, em especial a noção de arquitetura de escolhas, realizaram experimentos de campo em contextos de extrema pobreza global, com desenhos metodológicos associados aos estudos clínicos do campo da saúde, como a metodologia de estudos aleatórios randomizados.

Conforme Luciana de Souza Leão e Gil Eyal¹, os usos de métodos de avaliação de impacto randomizados foram significativos para as mudanças na avaliação de políticas sociais nas últimas décadas. Entretanto, os pesquisadores os situam em uma nova fase de avaliações de impacto randomizadas no campo da ajuda ao desenvolvimento. O que explica o estabelecimento do “Padrão Ouro” de estudos aleatórios randomizados de campo pelos economistas da segunda onda em relação a primeira, segundo os autores, é a organização do trabalho de pesquisa, a pouca dependência das burocracias locais na implementação dos estudos randomizados, o montante de financiamento privado e a composição dos financiadores, juntamente com a parceria entre fundações e universidades. Além disso, os autores destacam que a opção em realizar pequenas intervenções de curto prazo favoreceu a difusão e a ampliação dos trabalhos desenvolvidos no J-PAL.

Com base na atuação do J-PAL, descrita nos relatórios dos experimentos de campo “Handbook of economic field experiments”, editados por Benerjee e Duflo a partir de 2017, e das sínteses das pesquisas localizadas em seu site, buscou-se, neste estudo, problematizar o desenho desses experimentos aleatórios de políticas públicas em três sentidos: a) seu aporte teórico e visão de mundo subjacente; b) seu potencial de reprodutibilidade em contextos adversos; c) e o impacto de seus resultados na saúde, educação e finanças. A sistematização do impacto dessa abordagem, no campo das políticas públicas, baseadas em evidências, realizou-se, portanto, por meio de fontes secundárias, refletindo um estudo descritivo, exploratório e interpretativo.

A amostra foi composta de 29 pesquisas, 12 no campo da educação, 9 no de saúde e 8 no de finanças. Realizou-se a análise considerando-se a avaliação de impacto e as possibilidades de reprodução de uma política para outras áreas do conhecimento, com aplicação prática na resolução de problemas reais da sociedade e dos mercados.

Na avaliação de impacto, analisou-se o potencial de resolubilidade em relação aos custos de implementação. Quanto à replicabilidade, avaliou-se o potencial de reprodução das políticas em áreas distintas das apresentadas nos casos específicos.

¹ LEÃO, L. de S.; EYAL, G. Em busca do Padrão-Ouro? o percurso histórico do uso de experimentos na avaliação de políticas sociais. In: KOGA, Natália Massaco *et al.* (ed.). *Políticas públicas e usos de evidências no Brasil: conceitos, métodos, contextos e práticas*. Brasília: IPEA, 2022. p. 285-310.

Demonstra-se que os casos estudados apresentam indicadores de impacto das políticas utilizadas para as populações pobres e em situação de extrema pobreza, além do potencial de reprodutibilidade delas para outras áreas de conhecimento. A análise de impacto procura demonstrar o baixo custo de implementação de tais políticas baseadas em evidência; enquanto a reprodutibilidade das políticas apresenta a ampliação do escopo de atuação e da interdisciplinaridade das soluções apresentadas e implementadas.

Este estudo divide-se em duas partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira reflete-se como o aporte da economia comportamental auxilia os pesquisadores a formular o desenho de seus experimentos de campo. Na sequência, e antes das discussões sobre os casos, analisam-se as críticas dos desenhos dos experimentos de campo realizados pelos pesquisadores do J-PAL. Posteriormente, discutem-se as políticas públicas formuladas com base nos experimentos aleatórios e controlados no campo da educação, finanças e saúde. Na segunda parte, reflete-se sobre a reprodutibilidade e o impacto dos experimentos de campo. Por fim, conclui-se que as inovações trazidas pela abordagem teórica e pelo desenho metodológico dos experimentos aleatórios controlados apresentam-se como ponto de inflexão no campo de pesquisa em políticas públicas.

2 A economia comportamental e as políticas públicas em realidades de exclusão social e econômica

O aporte teórico utilizado nesses estudos advém da economia comportamental, em especial a ideia de arquitetura das escolhas, de autores como Thaler e Sunstein e Kahnemann, dentre outros. A arquitetura de escolhas e o nudging definido por Thaler e Sunstein² apresenta-se como um estímulo, um empurrãozinho que induz as pessoas a seguirem caminhos que melhorarão sua vida. Portanto, são incentivos comportamentais para que as pessoas tomem as melhores decisões, sem que o Estado, o governo, as instituições utilizem mecanismos coercitivos, respeitando, assim, a autonomia de cada um.

Traduzido para o campo da pesquisa experimental, o pesquisador reflete sobre a solução de um problema público iminente como um arquiteto de escolhas, ou seja, aquele que propõe contextos e benefícios nos quais o público-alvo da intervenção tomará a melhor decisão. Ele avaliará o impacto da intervenção por meio de procedimentos de controle do experimento, como a randomização.

Banerjee e Duflo³ reiteram que os experimentos controlados randomizados estimulam que o pesquisador, o policymaker, enquanto arquiteto de escolhas, desenvolva, cientificamente, questões causais, com o qual é o impacto da adição de computadores numa sala de aula? Ou, se o aumento de juros levará a uma maior inadimplência? Por muito tempo, destacam os autores, essa perspectiva foi nula nos estudos econômicos. Situação que se inverteu com o desenvolvimento dos estudos experimentais do J-PAL nos últimos vinte anos. Conforme os autores, essa experiência que envolve pesquisas variadas com experimentos randomizados controlados impactou, positivamente, a economia do desenvolvimento. Citam que, inclusive, os economistas que eram mais céticos a essa metodologia, atualmente, realizam experimentos randomizados controlados.

A visão de mundo subjacente ao estímulo à realização de experimentos de campo randomizados controlados, conforme Banerjee e Duflo, refere-se ao fato de que os resultados podem modificar o entendimento sobre o mundo, especialmente em relação às decisões das populações em situações de extrema pobreza.

² THALER, R.; SUNSTEIN, C. *Nudge: improving decisions about health, wealth, and happiness*. New Haven: Yale University Press, 2008.

³ BANERJEE, A.; DUFLO, E. *Handbook of field experiments*. Cambridge: Elsevier, 2017. v. 1. BANERJEE, A.; DUFLO, E. *Handbook of field experiments*. Cambridge: Elsevier, 2017. v. 2.

Ou seja, ao possibilitar questionamentos mais básicos e não reestruturados de uma teoria explicativa, relacionados ao contexto da intervenção, esses questionamentos têm o potencial de gerar novas explicações. Os autores atribuem a criação de novos pressupostos teóricos a experimentos realizados sobre capital humano, reformas educacionais, desenhos de programas redistributivos, incentivos para funcionários públicos, acesso a produtos financeiros, preferências e mudanças de preferências, o papel da comunidade e incentivo à participação eleitoral.

A contribuição de Banerjee e Duflo e os demais pesquisadores proporcionou a ampliação das pesquisas baseadas em evidência para diversas outras áreas do conhecimento⁴. Diversas contribuições (como Kate Raworth e a economia donut; Dan Ariely e George Akerlof, com a economia comportamental, além de W. Brian Arthur e a economia da complexidade) têm sido cruciais para a elaboração de políticas públicas que realmente possam enfrentar e combater a pobreza, corrigir os problemas encontrados na educação dessas populações, contribuir com os negócios de pequeno porte e trabalhar questões relacionadas ao meio-ambiente, dentre outros temas.

A questão da decisão das pessoas em situação de pobreza apresenta-se como um contexto propício para a aplicação dos pressupostos da economia comportamental. Conforme Silva et al.⁵, há mais custos cognitivos na tomada de decisão de pessoas em situação de escassez, pobreza, do que outras em melhores condições econômicas, uma vez que “[...] os pobres decidem sob maior pressão e com maiores custos de oportunidade e cognitivos, o que faz com que decidam economicamente de maneira insatisfatória com maior frequência”. Portanto, os nudges auxiliariam, enquanto benefício apresentado no desenho dos experimentos, como uma forma, criativa, de proporcionar melhores decisões para pessoas em contexto de pobreza⁶.

Os experimentos de campo, nesse sentido, são determinantes para compreender a forma como os pobres tomam decisões e para corrigir políticas e programas, como as tecnologias baseadas em telefonia móvel para a entrega de informações agrícolas, a redução de custos e riscos para programas de microsseguros e ajustes nos fluxos de fundos para programas sociais. A abordagem proposta trabalha as evidências com base na mensuração de impacto das políticas nos aspectos quantitativos e qualitativos. O aspecto quantitativo identifica e mensura os efeitos das políticas, qualificando-a como a causa da mudança. Por outro lado, na perspectiva qualitativa, considera-se a visão dos atores envolvidos, e desenham-se as políticas com base nos efeitos para os próprios beneficiários destas^{7,8,9}.

2.1 Críticas e a defesa da metodologia de experimentos aleatórios controlados

A metodologia dos experimentos aleatórios apresenta-se como uma grande alternativa para pesquisas em economia comportamental e do desenvolvimento. Os experimentos têm produzido insumos para a correção de políticas públicas em diversas áreas, como educação, saúde, microcrédito etc. Por meio da criatividade

⁴ THALER, R. *Todo lo que he aprendido con la psicología económica: el encuentro entre la economía y la psicología, y sus implicaciones para los individuos*. 3. ed. Bogotá: Editorial Planeta Colombiana S. A., 2018.

⁵ SILVA, L. N.; TEIXEIRA, L. F. D.; SOARES, G. S.; SANTOS, O. A. A. Reduzindo a tributação cognitiva: lições comportamentais para a diminuição dos efeitos psicológicos adversos da pobreza. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 8, n. 2, p. 287-325, 2018. p. 290

⁶ MUNIZ, V. C. Recensão de Simpler de Cass R. Sustein: the future of government. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 5, n. 3, jul./dez. 2015.

⁷ BATISTA, M.; DOMINGOS, A. Mais que boas intenções: técnicas quantitativas e qualitativas na avaliação de impacto de políticas públicas. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 32, n. 94, 2017.

⁸ KLAGENBERG, A. *A economia comportamental e o uso de nudge em políticas públicas*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

⁹ ARIELY, D. *Previsivelmente irracional: as forças invisíveis que nos levam a tomar decisões erradas*. Tradução: Ivo korytowski. Rio de Janeiro: Sextante, 2020.

e inovação, novas relações causais proporcionam caminhos alternativos para a resolução de problemas que, de outra forma, demandariam grandes somas de investimento e muito tempo de implementação.

À medida que cresce a utilização dos experimentos, crescem também as críticas quanto a sua utilização. A maioria das críticas não são novas; constituem, na verdade, variações relativas ao mesmo tema: buscam comparar os experimentos com outros métodos para evitar a superinterpretação dos resultados dos experimentos. Seguindo essa linha, em 2014, publicou-se uma grande coletânea de textos que apresenta as principais críticas ao modelo. Trata-se da obra *“Field Experiments and their critics: Essays on the Uses and Abuses of Experimentation in the Social Sciences”*, editada por Dawn Langan Teele.

Nesta obra Gerber¹⁰ pontua que, sem o valor da Teoria na Condução dos Pressupostos de Pesquisa, os experimentos podem ser considerados enviesados e tendenciosos. Nesse sentido, os autores destacam que os experimentos no campo aumentam o risco de enviesamento e os pesquisadores correm o risco de construir amostras de conveniência que não necessariamente correspondem às variáveis de interesse descritas na teoria.

Barrett e Carter¹¹ referem-se ao dilema ético que os investigadores enfrentam em determinados desenhos de experimentos de campo. A questão da ausência de consentimento informado dos participantes é problemática. A manipulação dos sujeitos da pesquisa para alcançar os objetivos do desenho metodológico pode ter efeitos nocivos para os participantes e comprometer a validade interna dos experimentos. Andrew Gelman¹² também reafirma as questões éticas, mas atenta para o valor dos experimentos de campo. Segundo o autor, são pesquisas caras e que envolvem pequenas amostras. Sugere, para justificar sua realização, obter o máximo dos dados, combinando outras metodologias e técnicas.

Banerjee e Duflo¹³ buscaram responder as críticas mais latentes. Para os autores, a principal virtude dos experimentos aleatórios consiste no fato de que, devido à estreita colaboração entre pesquisadores e implementadores, estes permitem a estimativa de parâmetros que, de outra forma, não seriam possíveis de avaliar.

Os pesquisadores reiteram a importância de ter cuidado ao utilizar a metodologia em campo e cair na armadilha dos vieses. Por outro lado, salientam que, embora as críticas sejam importantes, é vital não desconsiderar a importância dos experimentos aleatórios nas pesquisas sobre desenvolvimento econômico em países pobres, como forma de corrigir políticas e formular novas ações de combate à pobreza, desigualdade e à exclusão social.¹⁴

Por fim, os pesquisadores destacam que os experimentos precisam ser fundamentados em teoria para orientar a formulação de políticas. Os autores referem-se a esse processo como “experimentação criativa”, no qual formuladores de políticas e pesquisadores colaboram e aprendem com os sucessos e fracassos. As críticas, nesse sentido, são inerentes a todo tipo de metodologia de microavaliação, e consideram sua importância para areflexão sobre a superutilização dos experimentos para todas as áreas do conhecimento. Na sequência, destacam-se os relatos de casos de políticas de educação, finanças e saúde em países em de-

¹⁰ GERBER, A.; GREEN, D.; KAPLAN, E. The illusion of learning from observational research. In: TEELE, Dawn Langan (ed.). *Field experiments and their critics: essays on the uses and abuses of experimentation in the social sciences*. New Haven: Yale University Press, 2014. p. 9-32.

¹¹ BARRETT, C.; CARTER, M. Aretreta from radical skepticism: rebalancing theory, observational data, and randomization in development economics. In: TEELE, Dawn Langan (ed.). *Field experiments and their critics: essays on the uses and abuses of experimentation in the social sciences*. New Haven: Yale University Press, 2014. p. 58-77.

¹² GELMAN, A. Experimental reasonings in social science. In: TEELE, Dawn Langan (ed.). *Field experiments and their critics: essays on the uses and abuses of experimentation in the social sciences*. New Haven: Yale University Press, 2014. p. 185-195.

¹³ BANERJEE, A.; DUFLO, E. The experimental approach to development economics. In: TEELE, Dawn Langan (ed.). *Field experiments and their critics: essays on the uses and abuses of experimentation in the social sciences*. New Haven: Yale University Press, 2014. p. 78-114.

¹⁴ BANERJEE, A.; DUFLO, E. The experimental approach to development economics. In: TEELE, Dawn Langan (ed.). *Field experiments and their critics: essays on the uses and abuses of experimentation in the social sciences*. New Haven: Yale University Press, 2014. p. 78-114.

envolvimento e como os experimentos podem ser úteis para pequenos ajustes nos programas, de modo a melhorar seus resultados finais.

2.2 Políticas públicas de educação em contextos de exclusão social e econômica

Num contexto de processo de universalização do ensino secundário em Uganda, os pesquisadores James Habyarimana, Felipe Barrera-Orsorio, Pierre De Galbert, Shwetlena Sabarwal¹⁵ testaram algumas possibilidades para avaliar a adesão ao ensino secundário e a melhora nos indicadores educacionais dos alunos das regiões de baixa renda desse país. A alternativa testada foi a parceria público-privada entre o governo e as escolas particulares que aderiram a essa parceria do programa federal. Avaliaram aquelas escolas privadas que receberam subsídios do governo (um voucher por aluno) e as que, apesar de elegíveis, não aderiram à parceria público-privada. Diante do resultado positivo no experimento, tanto em relação ao aumento do número de matrículas da escola privada que aderiu ao programa governamental quanto para a melhora nos indicadores educacionais, este mostrou-se sustentável ao ser mantido pelo governo, e foi ampliado, com a adoção da dupla jornada em escolas públicas, juntamente a outro programa de difusão de mensagens SMS para professores.

Não havia nenhum estudo prévio que indicasse a adesão dos estudantes das regiões de baixa renda ao ensino secundário, tampouco a educação privada. Assim como não houve indicação da qualidade da educação fornecida pelas escolas privadas localizadas nas regiões mais pobres de Uganda. Logo, o desenho da pesquisa baseou-se nos possíveis impactos que os pesquisadores acreditavam que seriam imputados aos benefícios da parceria público-privada efetuada pelo governo.

Similarmente a esse contexto, destaca-se a intervenção sobre vouchers de educação profissional e a conquista de empregos para jovens de baixa renda no Quênia. Há um senso comum de que a educação profissional é um caminho viável para a mudança social das pessoas em situação de vulnerabilidade econômica. Entretanto, não há comprovação empírica dessa relação. Ou seja, pouco se sabe como ajudar os jovens de baixa renda a inserirem-se no mercado de trabalho durante a transição da escola para o mundo laboral. Joan Hamory Hicks, Michael Kremer, Isaac Mbiti e Edward Miguel¹⁶ realizaram essa intervenção, e concluíram que diferentes tipos de ensino profissional têm efeitos diversos em grupos distintos de sujeitos. A depender do gênero, da idade, da capacidade cognitiva, da origem familiar, do tipo de instituição de ensino profissionalizante (pública ou privada), os impactos serão diferentes.

Outros contextos de avaliação permitiram o contrário, ou seja, confirmar o que, subjetivamente, as pessoas entendem que funciona. Foi o caso da avaliação do Programa Aprender enFamilia (PAF) no Chile. Trata-se de programa que teve como objetivo envolver os pais na educação dos filhos, implementado em escolas públicas de ensino primário frequentadas por estudantes de baixa renda. A pesquisa realizada pelo pesquisador Francisco Galego¹⁷ demonstrou que aqueles estudantes com pais mais envolvidos no processo de aprendizagem tiveram melhores resultados educacionais e comportamentais. No entanto, apesar de o envolvimento ser um benefício importante, ele também depende da situação socioeconômica das famílias¹⁸.

¹⁵ BARRERA-ORSORIO, F.; DE GALBERT, P.; HABYARIMANA, J.; SABARWAL, S. Impact of public-private partnerships on private school performance: evidence from a randomized controlled trial in Uganda. *Policy research working paper*, Washington, n. 7905, dec. 2016. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/25804>. Acesso em: 15 out. 2022.

¹⁶ HICKS, J. H.; KREMER, M.; MBITI, I.; MIGUEL, E. Breaking gender barriers: vocational training vouchers and kenyan youth. *Africa region gender practice policy brief*, Washington, n. 3, 2011. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/25525>. Acesso em: 7 out. 2022.

¹⁷ A descrição da pesquisa encontra-se no site do J-PAL <https://www.povertyactionlab.org/evaluation/involving-parents-their-childrens-education-chile>

¹⁸ GALLEGO, F. *Envolvendo os pais na educação dos filhos* - FCAP. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1257/rct.200-1.0>. Disponível em: <https://www.socialscienceregistry.org/trials/200/history/2814>. Acesso em: 15 out. 2022.

Portanto, esses exemplos de contextos de avaliação das intervenções demonstram que, mesmo as verdades estabelecidas no senso comum devem ser cotejadas por pesquisas que mensurem o impacto do benefício implementado por dado programa. Logo, a estratégia do desenho de pesquisa nesses formatos não consiste em verificar o que dizem os pressupostos teóricos, mas sim, por meio de intervenções controladas, o que realmente funciona, especialmente para as pessoas localizadas em regiões de extrema pobreza.

No campo da educação, as intervenções realizadas indicam as parcerias público-privadas e os subsídios por meio da distribuição de vouchers educacionais como bons caminhos para ampliação do acesso e universalização da educação, assim como em relação à melhoria do desempenho educacional dos estudantes de regiões pobres.

A questão de vouchers na educação é um tema controverso no campo educacional, em especial relacionado à educação infantil. Desde a década de 1950, com a publicação da obra “The role of government in Education” de Milton Friedman, não há um consenso sobre o tema. A possibilidade de passar para os pais o financiamento da educação por meio da distribuição de vouchers é entendida por alguns como defesa de liberdade de escolha e uma forma de melhorar a qualidade da educação por meio da competição entre escolas públicas e privadas, e, por outros, como forma de mercantilização da educação, exonerando o Estado de prover serviços de qualidade.

Dos anos 1970 até a década de 1980, a adoção desses recursos foi incentivada por organismos internacionais como forma de solucionar as restrições orçamentárias dos países¹⁹. A própria adesão à ideia de vouchers na educação nos EUA surgiu com base em uma controvérsia:

Nos anos 1980, estudo coordenado por James Coleman concluiu que, controlando-se outras diferenças, os estudantes de escolas privadas superavam os de escolas públicas. Conferências de imprensa, manchetes de jornais, audiências públicas e mobilizações tentaram, com base nessas conclusões, justificar a instituição de um sistema de voucher que permitiria aos pais usar dinheiro público para enviar seus filhos a escolas privadas. Um ano depois da divulgação do estudo, Coleman finalmente disponibilizou seus dados, e o exame de outros pesquisadores concluiu que o trabalho era de má qualidade estatística e que, controladas adequadamente as variáveis, os desempenhos acadêmicos eram semelhantes. Infelizmente, quando Coleman disponibilizou seus dados, o dano estava feito: imprensa e políticos conservadores haviam divulgado a “mensagem Coleman” de que escolas privadas eram melhores que as públicas²⁰.

Situação que se repetiu nos anos 1990 com a pesquisa de Chubb e Moe²¹. A passagem da gestão da escola pública para organizações privadas, no Reino Unido, segundo Kleese Edwards Jr., não apresentou mudanças substanciais no ensino-aprendizado dos estudantes. A lógica dos Vouchers e das parcerias público-privadas, nos países considerados mais ricos, tende a aumentar as desigualdades existentes.

Talvez os resultados significativos que as intervenções dos pesquisadores do J-PAL perceberam com a introdução de voucher e parceria público-privado no ensino, em regiões mais pobres de países do continente africano, considerados países em desenvolvimento, tenha relação com o fato de as escolas não serem tão desiguais em termos de ensino, de seu financiamento, assim como a composição socioeconômica das famílias e dos estudantes.

¹⁹ KLEES, S. J.; EDWARDS, D. B. Privatização da educação experiências dos estados unidos e outros países. *Revista brasileira de educação*, v. 20, n. 60, p. 11-30, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782015206002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/tHK4tppLJgYvDNdygxrPcWq/?lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2021.

²⁰ KLEES, S. J.; EDWARDS, D. B. Privatização da educação experiências dos estados unidos e outros países. *Revista brasileira de educação*, v. 20, n. 60, p. 11-30, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782015206002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/tHK4tppLJgYvDNdygxrPcWq/?lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2021. p. 14.

²¹ KLEES, S. J.; EDWARDS, D. B. Privatização da educação experiências dos estados unidos e outros países. *Revista brasileira de educação*, v. 20, n. 60, p. 11-30, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782015206002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/tHK4tppLJgYvDNdygxrPcWq/?lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2021.

Muralidharan²², em relação ao aspecto supramencionado, destaca que, na maioria desses países, o financiamento da educação é via Estado, ou seja, não há um mercado competitivo educacional que possa revelar grandes desigualdades. O orçamento governamental desses países é baixo e concentra-se na educação, defesa e cuidados de saúde. Entretanto, enfrentam desafios na oferta de educação universal de boa qualidade, em relação ao baixo número de matrículas escolares e resultados de aprendizagem. Conclui que, diante de um baixo orçamento, o papel das avaliações por meio das intervenções de campo refere-se ao teste e compreensão da eficácia das várias políticas implementadas com o objetivo de melhorar os resultados em educação.

2.3 As pesquisas experimentais no campo das finanças e da saúde

O financiamento de pequenas iniciativas globalmente, por meio do microcrédito, é um tema amplamente discutido e apresenta resultados controversos. A tecnologia social do microcrédito é largamente utilizada para financiar iniciativas de pequeno porte no meio rural e no meio urbano, normalmente por meio de bancos comerciais. Nas últimas décadas, outras formas de instituições financeiras têm surgido para auxiliar os pequenos negócios, principalmente após o fenômeno do Grameen Bank na Índia, um banco de microcrédito criado pelo economista e professor bengalês Muhammad Yunus, posteriormente premiado com o Nobel de economia.

Esses bancos comunitários costumam financiar pequenas iniciativas informais com pequenas somas de dinheiro, por períodos curtos, de maneira simplificada, de modo que as populações mais carentes e excluídas dos mercados de crédito e de bens possam acessar recursos e negociar, diretamente, com fornecedores e clientes. Outras características desses bancos populares são o acesso a crédito prioritariamente às mulheres, com garantias solidárias de outros clientes em iguais situações, de modo que a confiança mútua e o acompanhamento constante por parte dos agentes de crédito conseguem reduzir o risco de crédito e, consequentemente, os níveis de inadimplência, retroalimentando positivamente a saúde financeira dessas iniciativas.

Justamente o perfil de crédito de pequena monta — o microcrédito — tem se mostrado insuficiente para fazer com que essas iniciativas de negócios possam crescer e se manter no tempo autonomamente e de maneira perene. Diante disso, aumentam, em países em desenvolvimento, iniciativas para além do crédito. Atividades como educação financeira, inclusão bancária e formação de grupos produtivos têm ampliado o conceito de microcrédito para microfinanças. Os resultados têm sido promissores, com exemplo para outros campos, como os de microsseguros, serviços de saúde, controle de fornecimento de medicamentos, planejamento financeiro, planejamento do consumo de famílias carentes, entre outras atividades.

O caso da pesquisa sobre finanças inovadoras e a adoção de tecnologia no Quênia é emblemático a respeito da utilização de *nudges* para o planejamento de iniciativas de pequeno porte. Um problema comum aos agricultores de pequeno porte são as flutuações sazonais nos preços das safras, com impacto direto e imediato sobre seus ganhos. Normalmente, os preços das safras são baixos logo após a colheita, aumentando nos meses subsequentes, respeitando as regras básicas de oferta e demanda dos mercados simples de *commodities*. Para se utilizarem das vantagens das vendas no longo prazo, os pequenos agricultores teriam deter acesso a tecnologias de armazenamento e planejamento, principalmente para culturas de grãos, de modo a poder vender seus produtos a preços mais altos, elevando, assim, suas receitas e ampliando seu poder de consumo, com elevação do bem-estar dessas populações²³.

Ocorre que esses pequenos agricultores têm despesas imediatas (como a compra de materiais escolares para seus filhos, compra de medicamentos e outras), o que os impede de postergar a venda de suas colheitas

²² MURALIDHARAN, K. Field experiments in education in developing countries. In: BANERJEE, Abhijit.; DUFLO, Esther (ed.). *Handbook of field experiments*. Cambridge: Elsevier, 2017. v. 2.

²³ AGGARWAL, S.; EILIN, F.; JONATHAN, R. Grain today, gain tomorrow: evidence from a storage experiment with savings clubs in kenya. *Journal of development economics*, v. 134, p. 1-15, 2018.

a preços mais elevados no futuro. Uma possível explicação para isso é que os agricultores têm acesso limitado ao crédito ou poupança, com poucas oportunidades de garantir dinheiro além das vendas de safras²⁴.

Os pesquisadores Jonathan Robinson, Shilpa Aggarwal e Ellin Francis²⁵ buscaram investigar se a utilização de empréstimos e o acesso a informações qualificadas poderia permitir que os agricultores armazenassem mais milho e ganhassem receitas maiores, com impactos maiores nas receitas para os agricultores com empréstimos concedidos imediatamente após a colheita e em áreas onde uma parcela menor de agricultores recebeu empréstimos.

O experimento seguiu com três grupos distintos, numa amostra de 1.589 agricultores: i) empréstimos pós-colheita, em que os agricultores receberam empréstimos imediatamente após a colheita; ii) empréstimo de três meses pós-colheita e iii) grupo de comparação ou controle, em que os agricultores não receberam empréstimos²⁶.

Os resultados demonstraram que as ofertas de empréstimo permitiram que os agricultores armazenassem mais milho e ganhassem receitas maiores, com impactos para os agricultores com empréstimos concedidos, imediatamente, após a colheita e para aqueles em vilas onde uma parcela menor de agricultores recebeu os empréstimos. Ou seja, o acesso a crédito, com informação qualificada e a articulação de agentes entre mercados, possibilita aos pequenos agricultores sua atuação nos mercados de crédito e de bens, de modo a se beneficiarem das vantagens existentes nestes ambientes²⁷.

Outras iniciativas apresentam resultados semelhantes a esta pesquisa no Quênia, como os casos que visavam medir o impacto de um Programa de Crédito de Estoque para Agricultores de Óleo de Palma em Serra Leoa²⁸ e O Impacto dos Esquemas de Armazenamento de Grãos com Base em Grupo na Poupança e Renda dos Agricultores no Quênia²⁹. No entanto, os casos vão além do microcrédito tradicional. Não é suficiente liberar crédito de pequena monta, sem que se tenha acesso a informações qualificadas e ao planejamento para utilização dessas informações. Além disso, o acesso à poupança ou a outros meios de acumulação para investimentos futuros é um fator preponderante para o sucesso dessas propostas.

As iniciativas randomizadas estão, também, além das questões de microfinanças de planejamento da produção e do acesso a mercados por empresários de pequeno porte. O caso “Extensão do seguro saúde ao setor informal por meio do microfinanciamento na Nicarágua” revela como as microfinanças podem se alinhar com os microsseguros e fazer a diferença para as vastas populações pobres ao redor do mundo³⁰. Naquele país, os trabalhadores do setor informal, autônomos e desempregados têm apenas direito a cuidados em alguns postos e outras instalações do Ministério da Saúde, com poucos recursos e infraestrutura, carência de pessoal e poucos medicamentos, para atender o grande contingente de população nessas categorias de renda. Como consequência, a população mais pobre evita os serviços do governo e decide pagar médicos particulares caros ou postergam seus cuidados com saúde, empurrando para o futuro grandes problemas de saúde pública. Esse tipo de problema acomete em especial as famílias de trabalhadores rurais e as populações indígenas do interior do país. A falta de seguros de saúde para essa população, para mitigar esse risco de

²⁴ AGGARWAL, S.; EILIN, F.; JONATHAN, R. Grain today, gain tomorrow: evidence from a storage experiment with savings clubs in kenya. *Journal of development economics*, v. 134, p. 1-15, 2018.

²⁵ AGGARWAL, S.; EILIN, F.; JONATHAN, R. Grain today, gain tomorrow: evidence from a storage experiment with savings clubs in kenya. *Journal of development economics*, v. 134, p. 1-15, 2018.

²⁶ AGGARWAL, S.; EILIN, F.; JONATHAN, R. Grain today, gain tomorrow: evidence from a storage experiment with savings clubs in kenya. *Journal of development economics*, v. 134, p. 1-15, 2018.

²⁷ AGGARWAL, S.; EILIN, F.; JONATHAN, R. Grain today, gain tomorrow: evidence from a storage experiment with savings clubs in kenya. *Journal of development economics*, v. 134, p. 1-15, 2018.

²⁸ CASABURI, L.; GLENNERSTER, R.; SURI, T.; KAMARA, S. *The impact of an inventory credit program on palm oil farmers in Sierra Leone*. 2014. Disponível em: www.povertyactionlab.org. Acesso em: 10 out. 2022.

²⁹ ROBINSON, J.; AGGARWAL, S.; FRANCIS, E. *The impact of group-based grain storage schemes on farmers' savings and incomes in Kenya*. 2016. Disponível em: www.povertyactionlab.org. Acesso em: 16 jul. 2021.

³⁰ FIELD, E.; THORNTON, R.; HATT, L.; ISLAM, M.; DIAZ, F. S.; MONADA, M. G.; FITZPATRICK, A. *Extending health insurance to the informal sector through microfinance in Nicaragua*. 2010. Disponível em: www.povertyactionlab.org. Acesso em: 14 out. 2022.

saúde pública, faz com que os pobres gastem parte significativa de sua renda com medicamentos e consultas, além de exames médicos com custo elevado³¹.

Em janeiro de 2007, o governo da Nicarágua iniciou um programa piloto que estendeu o programa de seguro saúde do Instituto de Previdência Social da Nicarágua (IPSN), que, anteriormente, destinava-se, apenas, a empregados do setor formal, aos trabalhadores do setor informal. As pessoas físicas foram designadas para adquirir o seguro no escritório central do IPSN ou na agência de três Instituições Microfinanceiras (IMFs) participantes. A implementação da política contemplou a entrevista a trabalhadores nos três maiores mercados de rua no centro da capital Manágua, para saber a razão da baixa adesão aos serviços de saúde no país. Ao término da pesquisa, convidaram-se os entrevistados a escolher um bilhete de loteria em uma pilha de envelopes pré-selados e não marcados. Os possíveis prêmios da loteria incluíram um bilhete em branco (sem prêmio); folheto do INSS detalhando o produto de seguro; cartilha acompanhada de subsídio de seguro semestral com orientação para inscrição no INSS; ou uma brochura acompanhada de um subsídio de seguro de seis meses com instruções para se inscrever em um escritório de alguma IMF. O subsídio de seis meses foi de, aproximadamente, US \$ 96 e fornecido na forma de um *voucher*; os respondentes foram informados de que os pagamentos seriam feitos em seu nome diretamente ao INSS. Após um ano, abordaram-se os entrevistados para uma pesquisa de acompanhamento a fim de medir as mudanças na saúde e na utilização da saúde³².

Em geral, a adesão ao seguro e as taxas de retenção foram baixas, e a inscrição no programa não proporcionou uma economia absoluta de custos para os participantes. O caso, no entanto, apresentou problemas de coordenação entre os informais e as instituições microfinanceiras, gerando estranheza em adquirir seguros de saúde por meio desses agentes. A ideia de utilizar essas IMFs para a venda de seguros de saúde representa um custo baixo e um nível elevado de capilaridade para além da frágil infraestrutura do governo nicaraguense. No entanto, aspectos culturais devem ser considerados em relação a assuntos ligados à saúde e microfinanças. A proximidade das IMFs para com as populações de baixa renda e o fortalecimento dessas redes por parte de organismos governamentais, como o Ministério da Saúde, podem eliminar essa desconfiança e facilitar uma adesão mais ampla aos seguros de saúde.³³

O caso de educação empresarial para clientes de microcrédito no Peru retoma as críticas à eficácia do microcrédito e seu papel de mitigador de índices elevados de pobreza e seu potencial de geração de oportunidades de porta de saída da pobreza extrema. O caso aborda a questão específica da elevada taxa de inadimplência e o risco de utilização dos recursos para atividades outras que não atividades produtivas por parte dos clientes. Não é raro os clientes de microcrédito utilizarem os recursos obtidos para o consumo, ao invés de os empregarem em atividades produtivas, dificultando o pagamento e ampliando, portanto, as taxas de inadimplência.³⁴

Os pesquisadores Dean Karlan e Martin Valdivia queriam saber se a implantação de cursos de gestão e educação empresarial teriam o potencial de resolver os problemas de inadimplência e risco operacional com os empréstimos de microcrédito. Para isso, uma instituição de microfinanças, sem fins lucrativos, chamada FINCA, opera, desde 1993, no Peru, criando bancos de microcrédito nos vilarejos para os micronegócios e negócios informais. Essa IMF atua como uma espécie de agência de fomento de segundo piso, criando e financiando bancos de primeiro piso que, por sua vez, têm contato direto com os clientes do microcrédito.

³¹ FIELD, E.; THORNTON, R.; HATT, L.; ISLAM, M.; DIAZ, F. S.; MONADA, M. G.; FITZPATRICK, A. *Extending health insurance to the informal sector through microfinance in Nicaragua*. 2010. Disponível em: www.povertyactionlab.org. Acesso em: 14 out. 2022.

³² FIELD, E.; THORNTON, R.; HATT, L.; ISLAM, M.; DIAZ, F. S.; MONADA, M. G.; FITZPATRICK, A. *Extending health insurance to the informal sector through microfinance in Nicaragua*. 2010. Disponível em: www.povertyactionlab.org. Acesso em: 14 out. 2022.

³³ FIELD, E.; THORNTON, R.; HATT, L.; ISLAM, M.; DIAZ, F. S.; MONADA, M. G.; FITZPATRICK, A. *Extending health insurance to the informal sector through microfinance in Nicaragua*. 2010. Disponível em: www.povertyactionlab.org. Acesso em: 14 out. 2022.

³⁴ KARLAN, D.; VALDIVIA, M. Teaching Entrepreneurship: impact of business training on microfinance clients and institutions. *Center Discussion Paper*, n. 941, jul. 2006. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=920487>. Acesso em: 20 out. 2022.

Os bancos dos vilarejos foram divididos em dois grupos, com um deles oferecendo treinamentos e folhetos sobre educação financeira e sobre como melhor utilizar os recursos adquiridos. Repassaram-se as informações por agentes de desenvolvimento treinados em reuniões nas vilas onde os bancos funcionavam. O outro grupo continuou ofertando microcrédito da mesma forma que faziam anteriormente, sem nenhuma informação qualificada adicional.³⁵

Os resultados obtidos não foram taxativos para os indicadores pretendidos, como aumento de faturamento, taxa de inadimplência, aumento de poupança, aumento dos lucros e de contratações etc. Observaram-se alguns resultados positivos, como o aumento dos registros das operações de venda, receitas e despesas, aumento de lucros e incremento dos negócios ao longo do tempo. Porém, o elevado custo dos treinamentos e a diversidade de outros fatores como o monitoramento constante, além do baixo índice de educação formal dos empresários de pequeno porte, dificultaram o sucesso de todos os indicadores em conjunto.³⁶

Há a crença de que honorários mais elevados por serviços de saúde resultarão em uma oferta de serviços de melhor qualidade. No entanto, conforme pesquisa realizada em Haut-Katanga, na República Democrática do Congo com os prestadores de cuidados em saúde, mesmo que esse incentivo tenha aumentado o esforço dos profissionais de saúde, não resultou em aumento da demanda pelos serviços e em melhoria nos serviços ofertados. Logo, não são os honorários que impactam a melhor ou pior qualidade dos serviços de saúde.³⁷

As pesquisas experimentais do J-PAL têm ajudado comunidades carentes em países pobres em aspecto relacionando à saúde e à cultura. O planejamento familiar com a utilização de métodos contraceptivos auxilia a decisão de evitar uma gravidez indesejada que prejudique a saúde da mulher, ou ainda nos casos de gravidez em sequência de mulheres jovens subtraídas de suas decisões sobre temas como fertilidade. Países pobres, com perfil conservador nos aspectos religiosos e com traços de controle autoritário sobre as mulheres por parte dos homens, potencializam graves danos à saúde das mulheres. Os impactos dessas atitudes de controle vão além do planejamento familiar, abrangendo discussões sobre gênero, decisões sobre quando e quantas vezes as mulheres querem engravidar, e os riscos de morte e subnutrição dos filhos sobreviventes.³⁸

Para abordar esses temas, pesquisadores do J-PAL, com membros da área de saúde do governo de Zâmbia, queriam saber o porquê de um número tão grande de mulheres não conseguirem atender às suas necessidades de anticoncepcionais modernos. Uma das razões é a dificuldade de acesso físico à anticoncepcionais confiáveis e a outra está relacionada a interesses conflitantes entre as mulheres e seus parceiros na utilização de tais medicamentos.³⁹

A ideia da intervenção foi a utilização de *vouchers* privados para as mulheres utilizarem na aquisição de anticoncepcionais. Foram, então, criados grupos de mulheres que recebiam informações qualificadas e os *vouchers* de maneira privada, por meio de reuniões com agentes de saúde e sem a presença de seus maridos e/ou companheiros. O outro grupo recebeu as mesmas informações, porém, na presença dos maridos e companheiros.⁴⁰

³⁵ KARLAN, D.; VALDIVIA, M. Teaching Entrepreneurship: impact of business training on microfinance clients and institutions. *Center Discussion Paper*, n. 941, jul. 2006. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=920487>. Acesso em: 20 out. 2022.

³⁶ KARLAN, D.; VALDIVIA, M. Teaching Entrepreneurship: impact of business training on microfinance clients and institutions. *Center Discussion Paper*, n. 941, jul. 2006. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=920487>. Acesso em: 20 out. 2022.

³⁷ HUILLERY, E.; SEBAN, J. □ *The impact of fee-for-service schemes on health service utilization in the democratic republic of congo*. 2017. Disponível em: www.povertyactionlab.org. Acesso em: 7 out. 2022.

³⁸ ASHRAF, N.; FIELD, É.; LEE, J. *Contraceptive adoption, fertility, and the family in Zambia*. 2010. Disponível em: www.povertyactionlab.org. Acesso em: 15 out. 2022.

³⁹ ASHRAF, N.; FIELD, É.; LEE, J. *Contraceptive adoption, fertility, and the family in Zambia*. 2010. Disponível em: www.povertyactionlab.org. Acesso em: 15 out. 2022.

⁴⁰ ASHRAF, N.; FIELD, É.; LEE, J. *Contraceptive adoption, fertility, and the family in Zambia*. 2010. Disponível em: www.povertyactionlab.org. Acesso em: 15 out. 2022.

Segundo os dados do estudo, o recebimento dos *vouchers* e informações privadas por parte das mulheres aumentou a utilização de anticoncepcionais e, conseqüentemente, melhorou o planejamento familiar. Cinquenta e três por cento das mulheres no grupo individual resgataram o *voucher* para contraceptivos em comparação com 43% das mulheres no grupo de casais, uma taxa de resgate 23% maior.⁴¹

O resultado da utilização dos *vouchers* foi maior para anticoncepcional injetável — que mascara o conhecimento por parte dos maridos. A formação dos grupos foi de fundamental importância, uma vez que passaram a receber informação qualificada, além da facilitação do acesso aos medicamentos de qualidade garantida. A proposta de intervenção, com a utilização dos medicamentos injetáveis, promoveu a ampliação dos graus de liberdade de decisão por parte das mulheres, com repercussão e reprodutibilidade da política para outras áreas da sociedade e da economia.⁴²

Diversos outros experimentos têm sido realizados na saúde em países carentes onde, com poucos recursos e a utilização de tecnologias digitais, é possível reduzir o risco do espraio de doenças ou ampliar o volume de imunização em campanhas vacinais. Exemplo disso refere-se à utilização de incentivos, lembretes e redes sociais para melhorar a cobertura vacinal na Índia.⁴³ Por falta de informação constante e qualificada, grande parte da população recebia a primeira dose de vacinas em crianças, mas esqueciam de levar seus filhos para o complemento da imunização. A montagem de redes de postos de vacinação em comunidades carentes, além da utilização de lembretes e “focofos” em redes sociais e mensagens de texto, induziram os pais e as famílias a corrigirem as deficiências de vacinação. A junção das informações, com as tecnologias digitais e a utilização de agentes locais com habilidades sociais, fez diferença para diminuir os riscos de mortes de populações carentes na Índia e em outras partes do mundo.

3 Reprodutibilidade e impactos dos estudos do J-PAL

No campo da educação, conforme Muralidharan⁴⁴, verificam-se impactos modestos na melhoria de seus resultados. Considera-se que os reais problemas não estão, especificamente, no campo da oferta, mas da formação pedagógica e da governança da educação. Destaca-se que, diante de uma má governança, em que não há responsabilização dos professores e daqueles que estão na linha de frente, são necessárias avaliações contínuas sobre as iniciativas nessa área.

A validade externa desses experimentos também é considerada limitada em função do contexto específico a que se refere. Ou seja, mesmo durante a intervenção, se as escolas que optam por não participar do experimento apresentarem características muito diferentes das que participam, isso limita a validade dos resultados. Da mesma forma, a implementação do Programa por organizações da sociedade civil, seguida pela adoção pelo governo, amplia a escala de implementação, o que pode gerar resultados distintos. A adoção pelo governo de políticas baseadas nos resultados das intervenções pode gerar efeitos econômicos e políticos.⁴⁵

⁴¹ ASHRAF, N.; FIELD, É.; LEE, J. *Contraceptive adoption, fertility, and the family in Zambia*. 2010. Disponível em: www.povertyactionlab.org. Acesso em: 15 out. 2022.

⁴² ASHRAF, N.; FIELD, É.; LEE, J. *Contraceptive adoption, fertility, and the family in Zambia*. 2010. Disponível em: www.povertyactionlab.org. Acesso em: 15 out. 2022.

⁴³ BANERJEE, A.; CHANDRASEKHAR, A.; DALPATH, S.; DUFLO, E.; FLORETTA, J.; JACKSON, M.; KANNAN, H.; LOZA, F.; SANKAR, A.; SCHRIMPF, A.; SHRESTHA, M.; CHERNOZHUKOV, V.; DEMIRER, M.; FERNÁNDEZ-VAL, I. *Improving immunization coverage through incentives, reminders, and social networks in india*. 2021. Disponível em: www.povertyactionlab.org. Acesso em: 20 out. 2022.

⁴⁴ MURALIDHARAN, K. Field experiments in education in developing countries. In: BANERJEE, Abhijit.; DUFLO, Esther (ed.). *Handbook of field experiments*. Cambridge: Elsevier, 2017. v. 2.

⁴⁵ MURALIDHARAN, K. Field experiments in education in developing countries. In: BANERJEE, Abhijit.; DUFLO, Esther (ed.). *Handbook of field experiments*. Cambridge: Elsevier, 2017. v. 2.

Considerando-se que as experiências de campo foram bem-sucedidas na área educacional, nas últimas décadas, nos países em desenvolvimento, Muralidharan⁴⁶ assevera que é necessária uma agenda global de investigações experimentais para que possamos falar em reprodutibilidade em outros contextos. Alguns achados apresentam-se com certa robustez em contextos diversos, mas a maioria das outras intervenções não tem replicações suficientes em todos os contextos para permitir mensurar impactos similares em diversos contextos.⁴⁷

Nos casos relativos às microfinanças, observam-se resultados de impacto comprovados e outros com resultados ainda parciais. A análise do material de campo evidenciou que não basta, apenas, a utilização do recurso de crédito ou de uma política de alcance parcial, para a resolução de problemas estruturais e culturais existentes no seio das populações mais pobres. O planejamento da produção e estocagem de grãos para o aproveitamento de preços superiores em curto prazo, por exemplo, pode ser resolvido com a disponibilidade de crédito direcionada para a resolução dessas questões. No entanto, a continuidade no atendimento, com monitoramento constante e coordenação entre os mercados, sinaliza para a superação das barreiras encontradas.

Os casos apresentam alto poder de reprodutibilidade para outras áreas, além daquelas em que os impactos estão sendo medidos. O caso da utilização das microfinanças para a difusão dos serviços de seguro de saúde para trabalhadores informais é emblemático. Nesse caso específico, a ferramenta apresentada permite um maior alcance das políticas públicas com a união entre a rede de microcrédito com a rede de “micro-serviços de saúde” existentes em vilarejos, povoados e municípios pequenos nos vários países em desenvolvimento pesquisados.

As políticas públicas baseadas em pequenas ações têm o potencial de evitar grandes custos para a sociedade. Os formuladores de política devem, no entanto, atentar para a ampliação do olhar no momento da formulação dos projetos para que se possa obter o melhor resultado possível nessa arquitetura de decisões.

Conclui-se, com base nas evidências dos experimentos analisados, que, para além da reprodutibilidade do método utilizado, apesar dos experimentos tratarem de realidades específicas e em contextos adversos, no cotejo dos resultados e impactos dos experimentos nas diversas áreas,

É possível extrair inferências mais gerais sobre como as pessoas em situação de escassez material e imaterial tomam decisões, o que pode levar a repensar o conceito de pobreza.

4 Considerações finais

Abordaram-se, neste artigo, questões relacionadas às dificuldades encontradas pelas populações pobres e excluídas em países periféricos em várias partes do mundo, analisando as formas pelas quais estes tomam suas decisões. O ambiente de tomada de decisões se apresenta limitado em termos de informações — portanto, de alta incerteza —, aliado à disponibilidade de poucas possibilidades de mudança por parte daquelas populações inseridas, apresentando chances reduzidas de mudança.

Os estudos analisados utilizaram vasto material de pesquisa de campo, com base em pesquisas experimentais, em que é possível mensurar a efetividade do impacto e as reais mudanças ocorridas, ou não, na vida das pessoas abordadas nos estudos. A ampliação do escopo de utilização desse tipo de política advém de sua possibilidade de medir o grau de mudança a partir de políticas públicas implementadas principalmente

⁴⁶ MURALIDHARAN, K. Field experiments in education in developing countries. In: BANERJEE, Abhijit.; DUFLO, Esther (ed.). *Handbook of field experiments*. Cambridge: Elsevier, 2017. v. 2.

⁴⁷ MURALIDHARAN, K. Field experiments in education in developing countries. In: BANERJEE, Abhijit.; DUFLO, Esther (ed.). *Handbook of field experiments*. Cambridge: Elsevier, 2017. v. 2.

por países pouco desenvolvidos e de baixa renda. A exiguidade de recursos força governos e agências internacionais de apoio ao desenvolvimento a focarem seus recursos e esforços naqueles projetos com efetivo potencial de resolutividade.

Portanto, avaliou-se o potencial dos nudges na formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas. Os casos de educação apresentaram resultados interessantes, mas modestos, no potencial de modificação da estrutura do sistema educacional dos países pesquisados. A visão ampliada nas análises, no entanto, mostra que outros aspectos devem ser considerados para que os resultados de políticas sejam obtidos em sua plenitude. Aspectos como o nível de governança e a preparação dos professores para manejar as ferramentas propostas, bem como a articulação dos profissionais de educação com as famílias e o governo, são fatores críticos para o bom resultado das políticas.

Nos casos na área da saúde, a utilização de políticas de baixo custo, como cartas informativas ou mensagens de texto em celulares, demonstra o elevado potencial dessas abordagens. No entanto, observa-se que as práticas dessas soluções, ainda, não são unânimes entre os formuladores de políticas, e muitas delas requerem aprimoramento e redefinições. Grande parte dos ajustes necessários está relacionada a fatores externos, como aspectos culturais e à articulação com diversos atores de setores diferentes daqueles em que a política é aplicada.

Nos casos de finanças, os nudges também apresentaram potencial de resolubilidade e replicabilidade para questões relevantes no planejamento agrícola, no acesso a mercados de bens e no financiamento de iniciativas de pequeno porte, com formação de poupanças para investimentos futuros.

A dificuldade de acesso ao crédito por parte de populações de baixa renda, trabalhadores informais e pequenos negócios, incluindo microempreendedores individuais, permanece elevada. Nesse contexto, as políticas de nudges demonstram ser relevantes para a solução desses gargalos. No entanto, as ações a serem tomadas precisam superar os limites da concessão pura e simples de microcrédito. A ampliação da noção de microfinanças—com a utilização de educação financeira, inclusão bancária e dos microsseguros—se apresenta como uma alternativa viável para a superação da pobreza extrema e inclusão dos pobres em mercados competitivos.

As soluções, no entanto, precisam de coordenação externa por parte de agentes de desenvolvimento que consigam conectar o meio rural e informal aos mercados formais e altamente competitivos. Esta ligação pode acontecer com a criação de estruturas de apoio como centrais de comercialização, onde os agentes de desenvolvimento representarão os interesses dos microempreendedores individuais.

Novas competências nesse sentido precisam ser desenvolvidas, e o papel dos governos e suas agências de fomento ao desenvolvimento deve ser devidamente considerado. A criação de redes interconectadas de iniciativas pode ser potencializada pelo uso de tecnologias digitais e pela coordenação na elaboração de novos campos de planejamento, com a implementação de políticas públicas.

Analisaram-se, neste artigo, as possibilidades das políticas baseadas em evidência, focalizando o potencial de modificação das estruturas produtivas, da educação e da saúde dos pobres e excluídos. Identificaram-se possibilidades de intervenção com baixo custo e elevado potencial inovador, bem como problemas de articulação e de descontinuidade dessas políticas, o que enseja a continuidade das pesquisas para aprimoramento de sua implementação e perenização das soluções, com sua institucionalização ao longo do tempo.

Referências

AGGARWAL, S.; EILIN, F.; JONATHAN, R. Grain today, gain tomorrow: evidence from a storage experiment with savings clubs in kenya. *Journal of development economics*, v. 134, p. 1-15, 2018.

- ARIELY, D. *Previsivelmente irracional: as forças invisíveis que nos levam a tomar decisões erradas*. Tradução: Ivo korytowski. Rio de Janeiro: Sextante, 2020.
- ARTHUR, W. B. *Complexity and the economy*. New York: Oxford University Press, 2015.
- ASHRAF, N.; FIELD, É.; LEE, J. *Contraceptive adoption, fertility, and the family in Zambia*. 2010. Disponível em: www.povertyactionlab.org. Acesso em: 15 out. 2022.
- BANERJEE, A.; DUFLO, E. *Handbook of field experiments*. Cambridge: Elsevier, 2017. v 1.
- BANERJEE, A.; DUFLO, E. *Handbook of field experiments*. Cambridge: Elsevier, 2017. v 2.
- BANERJEE, A.; DUFLO, E. The experimental approach to development economics. In: TEELE, Dawn Langan (ed.). *Field experiments and their critics: essays on the uses and abuses of experimentation in the social sciences*. New Haven: Yale University Press, 2014. p 78-114.
- BANERJEE, A.; CHANDRASEKHAR, A.; DALPATH, S.; DUFLO, E.; FLORETTA, J.; JACKSON, M.; KANNAN, H.; LOZA, F.; SANKAR, A.; SCHRIMPF, A.; SHRESTHA, M.; CHERNOZHUKOV, V.; DEMIRER, M.; FERNÁNDEZ-VAL, I. *Improving immunization coverage through incentives, reminders, and social networks in india*. 2021. Disponível em: www.povertyactionlab.org. Acesso em: 20 out. 2022.
- BARRERA-OSORIO, F.; DE GALBERT, P.; HABYARIMANA, J.; SABARWAL, S. O impacto das parcerias público-privadas no desempenho das escolas privadas: evidências de um ensaio randomizado controlado em Uganda. *Desenvolvimento Econômico e Mudança Cultural*, v. 68, n. 2, p. 429-469, 2020.
- BARRERA-OSORIO, F.; DE GALBERT, P.; HABYARIMANA, J.; SABARWAL, S. Impact of public-private partnerships on private school performance: evidence from a randomized controlled trial in Uganda. *Policy research working paper*, Washington, n. 7905, dec. 2016. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/25804>. Acesso em: 15 out. 2022.
- BARRETT, C.; CARTER, M. Aretreta from radical skepticism: rebalancing theory, observational data, and randomization in development economics. In: TEELE, Dawn Langan (ed.). *Field experiments and their critics: essays on the uses and abuses of experimentation in the social sciences*. New Haven: Yale University Press, 2014. p. 58-77.
- BATISTA, M.; DOMINGOS, A. Mais que boas intenções: técnicas quantitativas e qualitativas na avaliação de impacto de políticas públicas. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 32, n. 94, 2017.
- CASABURI, L.; GLENNERSTER, R.; SURI, T.; KAMARA, S. *The impact of an inventory credit program on palm oil farmers in Sierra Leone*. 2014. Disponível em: www.povertyactionlab.org. Acesso em: 10 out. 2022.
- FIELD, E.; THORNTON, R.; HATT, L.; ISLAM, M.; DIAZ, F. S.; MONADA, M. G.; FITZPATRICK, A. *Extending health insurance to the informal sector through microfinance in Nicaragua*. 2010. Disponível em: www.povertyactionlab.org. Acesso em: 14 out. 2022.
- GALLEGO, F. *Envolvendo os pais na educação dos filhos - FCAP*. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1257/rct.200-1.0>. Disponível em: <https://www.socialscienceregistry.org/trials/200/history/2814>. Acesso em: 15 out. 2022.
- GELMAN, A. Experimental reasonings in social science. In: TEELE, Dawn Langan (ed.). *Field experiments and their critics: essays on the uses and abuses of experimentation in the social sciences*. New Haven: Yale University Press, 2014. p. 185-195.
- GERBER, A.; GREEN, D.; KAPLAN, E. The illusion of learning from observational research. In: TEELE, Dawn Langan (ed.). *Field experiments and their critics: essays on the uses and abuses of experimentation in the social sciences*. New Haven: Yale University Press, 2014. p. 9-32.

HICKS, J. H.; KREMER, M.; MBITI, I.; MIGUEL, E. Breaking gender barriers: vocational training vouchers and kenyan youth. *Africa region gender practice policy brief*, Washington, n. 3, 2011. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/25525>. Acesso em: 7 out. 2022.

HUILLERY, E.; SEBAN, J. □ *The impact of fee-for-service schemes on health service utilization in the democratic republic of congo*. 2017. Disponível em: www.povertyactionlab.org. Acesso em: 7 out. 2022.

KARLAN, D.; VALDIVIA, M. Teaching Entrepreneurship: impact of business training on microfinance clients and institutions. *Center Discussion Paper*, n. 941, jul. 2006. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=920487>. Acesso em: 20 out. 2022.

KLAGENBERG, A. *A economia comportamental e o uso de nudge em políticas públicas*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

KLEES, S. J.; EDWARDS, D. B. Privatização da educação experiências dos estados unidos e outros países. *Revista brasileira de educação*, v. 20, n. 60, p. 11-30, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782015206002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/tHK4tppLJgYvDNdygxrPcWq/?lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2021.

LEÃO, L. de S.; EYAL, G. Em busca do Padrão-Ouro? o percurso histórico do uso de experimentos na avaliação de políticas sociais. In: KOGA, Natália Massaco *et al.* (ed.). *Políticas públicas e usos de evidências no Brasil: conceitos, métodos, contextos e práticas*. Brasília: IPEA, 2022. p. 285-310.

MUNIZ, V. C. Recensão de Simpler de Cass R. Sustein: the future of government. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 5, n. 3, jul./dez. 2015.

MURALIDHARAN, K. Field experiments in education in developing countries. In: BANERJEE, Abhijit.; DUFLO, Esther (ed.). *Handbook of field experiments*. Cambridge: Elsevier, 2017. v. 2.

ROBINSON, J.; AGGARWAL, S.; FRANCIS, E. *The impact of group-based grain storage schemes on farmers' savings and incomes in Kenya*. 2016. Disponível em: www.povertyactionlab.org. Acesso em: 16 jul. 2021.

SILVA, L. N.; TEIXEIRA, L. F. D.; SOARES, G. S.; SANTOS, O. A. A. Reduzindo a tributação cognitiva: lições comportamentais para a diminuição dos efeitos psicológicos adversos da pobreza. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 8, n. 2, p. 287-325, 2018.

THALER, R.; SUNSTEIN, C. *Nudge: improving decisions about health, wealth, and happiness*. New Haven: Yale University Press, 2008.

THALER, R. *Todo lo que he aprendido com la psicología económica: el encuentro entre la economía y la psicología, y sus implicaciones para los individuos*. 3. ed. Bogotá: Editorial Planeta Colombiana S. A., 2018.

Para publicar na Revista de Direito Internacional, acesse o endereço eletrônico
www.rdi.uniceub.br ou www.brazilianjournal.org.
Observe as normas de publicação, para facilitar e agilizar o trabalho de edição.